



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
SIMULADO PREPARATÓRIO

2º SIMULADO
OFICIAL DE JUSTIÇA
(PÓS-EDITAL)

Você recebeu sua folha de respostas e este caderno com 100 questões objetivas.

Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.

Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.

Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.

Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.

Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.

Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do Candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2410288007M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça de São Paulo
TJ/SP

CARGO:

Oficial de Justiça

MODELO/BANCA:

Vunesp

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

Bloco I

LÍNGUA PORTUGUESA

FIDELIS ALMEIDA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

1 Parece óbvio que a educação moderna, na medida em que procura estabelecer um mundo de crianças, destrói as condições necessárias ao desenvolvimento e crescimento vitais. Contudo, choca-nos como algo realmente estranho que tal dano ao desenvolvimento da criança seja o resultado da educação moderna, pois esta sustentava que seu único propósito era servir a criança, rebelando-se contra os métodos do passado por não levarem suficientemente em consideração a natureza íntima da criança e suas necessidades. “O Século da Criança”, como podemos lembrar, iria emancipar a criança e liberá-la dos padrões originários de um mundo adulto. Como pôde então acontecer que as mais elementares condições de vida necessárias ao crescimento e desenvolvimento da criança fossem desprezadas ou simplesmente ignoradas? Como pôde acontecer que se expusesse a criança àquilo que, mais que qualquer outra coisa, caracterizava o mundo adulto, o seu aspecto público, logo após se ter chegado à conclusão de que o erro em toda a educação passada fora ver a criança como não sendo mais que um adulto em tamanho reduzido?

25 O motivo desse estranho estado de coisas nada tem a ver, diretamente, com a educação; deve antes ser procurado nos juízos e preconceitos acerca da natureza da vida privada e do mundo público e sua relação mútua, característicos da sociedade moderna desde o início dos tempos modernos e que os educadores, ao começarem relativamente tarde a modernizar a educação, aceitaram como postulados evidentes por si mesmos, sem consciência das consequências que deveriam acarretar necessariamente para a vida da criança. É uma peculiaridade de nossa sociedade, de modo algum uma coisa necessária, considerar a vida, isto é, a vida terrena dos indivíduos e da família, como o bem supremo; por esse motivo, em contraste com todos os séculos anteriores, ela emancipou essa vida e todas as atividades envolvidas em sua preservação e enriquecimento do ocultamento da privacidade expondo-a à luz do mundo público. É esse o sentido real da emancipação dos trabalhadores e das mulheres, não como pessoas, sem dúvida, mas na medida em que preenchem uma função necessária no processo vital da sociedade.

Hannah Arendt. *A crise na educação. Entre o passado e o futuro.*
São Paulo: Perspectiva, 1972, págs. 236-237.

01. De acordo com o texto, a contradição presente na educação moderna decorre do fato de que esta
- (A) busca emancipar a criança, mas mantém métodos educacionais tradicionais.
 - (B) pretende servir à criança, mas ignora suas necessidades fundamentais.
 - (C) valoriza o desenvolvimento público da criança em detrimento da vida privada.
 - (D) considera a criança como um adulto em tamanho limitado, seguindo práticas antigas.
 - (E) rebela-se contra métodos passados, preservando as condições possíveis ao crescimento.
02. Segundo a autora, o motivo pelo qual a educação moderna prejudica o desenvolvimento da criança está relacionado
- (A) ao atraso dos educadores em adotar os postulados modernos.
 - (B) à falta de atenção pela vida pública e sua importância na sociedade.
 - (C) aos preconceitos sobre a relação entre a vida privada e o mundo público na sociedade moderna.
 - (D) à necessidade de expor atividades privadas à luz do mundo público para enriquecimento.
 - (E) à percepção da vida familiar como secundária em relação aos interesses sociais.
03. Segundo o texto, a emancipação dos trabalhadores e das mulheres significou
- (A) o reconhecimento de suas individualidades como pessoas na sociedade.
 - (B) a valorização de suas funções no processo vital da sociedade, não como indivíduos.
 - (C) a liberação das atividades privadas do ocultamento, preservando a vida familiar.
 - (D) a exposição das necessidades individuais à esfera privada, ocultando-as do público.
 - (E) a garantia de direitos iguais no âmbito público e privado, sem distinções.
04. Observe o trecho a seguir:
Parece óbvio que a educação moderna, na medida em que procura estabelecer um mundo de crianças, destrói as condições necessárias ao desenvolvimento e crescimento vitais. (1º parágrafo)
É correto afirmar que a expressão destacada estabelece no trecho relação de
- (A) causa.
 - (B) comparação.
 - (C) concessão.
 - (D) condição.
 - (E) consequência.

05. No trecho do segundo parágrafo — O motivo desse estranho estado de coisas nada tem a ver, diretamente, com a educação...—, a expressão **esse estranho estado de coisas** faz referência à ideia
- (A) da contradição entre o propósito declarado da educação moderna de servir à criança e o fato de seu desenvolvimento ser prejudicado por essa mesma educação.
- (B) da exposição precoce da criança ao mundo público, contrariando a ideia de que a educação deveria afastá-la dos padrões adultos.
- (C) do fracasso da educação moderna em substituir métodos tradicionais por práticas que consideram a essência da infância.
- (D) da tentativa da educação libertar a criança dos padrões adultos, mas que paradoxalmente reforça a visão da criança como um adulto em miniatura.
- (E) da resistência da educação moderna em evitar completamente os métodos tradicionais, apesar de considerar seus defeitos.

06. Observe o trecho a seguir:

Contudo, choca-nos como algo realmente estranho que tal dano ao desenvolvimento da criança seja o resultado da educação moderna, pois esta sustentava que seu único propósito era servir a criança...(1º parágrafo)

Os vocábulos destacados estabelecem correta e respectivamente as relações de

- (A) conclusão e causa.
- (B) explicação e adição.
- (C) adição e comparação.
- (D) alternativa e conclusão.
- (E) oposição e explicação.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 13.

1 Quando se procuram as condições psicológicas do progresso da ciência, logo se chega à convicção de que é em termos de obstáculos que o problema do conhecimento científico deve ser

5 colocado. E não se trata de considerar obstáculos externos, como a complexidade e a fugacidade dos fenômenos, nem de incriminar a fragilidade dos sentidos e do espírito humano: é no âmago do próprio ato de conhecer que aparecem, por

10 uma espécie de imperativo funcional, lentidões e conflitos. É aí que mostraremos causas de estagnação e até de regressão, detectaremos causas de inércia às quais daremos o nome de obstáculos epistemológicos. O conhecimento do real é luz

15 que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é “o que se poderia achar” mas é sempre o que se deveria ter pensado.

O pensamento empírico torna-se claro depois, quando o conjunto de argumentos fica estabelecido. Ao retomar um passado cheio de erros, encontra-se a verdade num autêntico arrependimento intelectual. No fundo, o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando

25 o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização.

A ideia de partir de zero para fundamentar e aumentar o próprio acervo só pode vingar em culturas de simples justaposição, em que um fato conhecido é imediatamente uma riqueza. Mas, diante do mistério do real, a alma não pode, por decreto, tornar-se ingênua. É impossível anular, de um só golpe, todos os conhecimentos habituais. Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber. Quando o espírito se apresenta à cultura científica, nunca é jovem. Aliás, é bem velho, porque tem a idade de seus preconceitos. Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado.

30

35

40

BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*. Tradução de 1938 do original em francês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

07. Conforme o texto, o progresso do conhecimento científico é dificultado principalmente porque
- (A) as complexidades externas e a fugacidade dos objetivos criam obstáculos insuperáveis.
- (B) a fragilidade dos sentidos e do espírito humano limita nossa capacidade de compreender plenamente a realidade.
- (C) a tendência de partir do zero impede o aproveitamento de conhecimentos prévios valiosos.
- (D) a dependência do pensamento empírico retarda o estabelecimento de argumentos claros.
- (E) os obstáculos inerentes ao próprio ato de conhecer causam estagnação e regressão.
08. De acordo com o autor, o ato de conhecer implica essencialmente
- (A) começar do zero, anulando todos os conhecimentos comuns para alcançar a verdade.
- (B) aceitar que o real é exatamente aquilo que pretendemos achar por meio da observação direta.
- (C) destruir conhecimentos mal estabelecidos e superar obstáculos internos à espiritualização.
- (D) reconhecer que o espírito é sempre jovem ao se apresentar à cultura científica.
- (E) presumir que a alma pode, por decreto, tornar-se ingênua diante do mistério do real.

09. Conforme o texto, quando o espírito se apresenta à cultura científica, ele deve estar preparado para
- abandonar completamente seus preconceitos e conhecimentos prévios, iniciando do zero.
 - reconhecer que seus preconceitos acumulados podem oferecer novas compreensões.
 - aceitar uma transformação que desafia suas aspirações passadas, rejuvenescendo espiritualmente.
 - manter suas convicções pessoais, utilizando-as como base para novas descobertas.
 - compreender que o real é exatamente aquilo que já foi mencionado anteriormente.

10. Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado é empregado em sentido figurado.
- E não se trata de considerar obstáculos externos, como a complexidade e a fugacidade dos **fenômenos**...(1º parágrafo)
 - O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas **sombras**. (1º parágrafo)
 - O **pensamento** empírico torna-se claro depois, quando o conjunto de argumentos fica estabelecido. (1º parágrafo)
 - No fundo, o ato de conhecer dá-se contra um **conhecimento** anterior...(1º parágrafo)
 - Aliás, é bem velho, porque tem a idade de seus **preconceitos**. (2º parágrafo)

11. Considere os trechos do 1º parágrafo:
- ...é no **âmago** do próprio ato de conhecer que aparecem, por uma espécie de imperativo funcional, lentsidões e conflitos.
 - ...detectaremos causas de **inércia** às quais daremos o nome de obstáculos epistemológicos.

Com os devidos ajustes, pode-se substituir corretamente as palavras destacadas por:

- profundidade ...contradições
 - natureza ...conflitos
 - fundamento ...passividade
 - centro ...letargia
 - essência ...inatividade
12. Observe o trecho a seguir:
- A ideia de partir de zero para fundamentar e aumentar o próprio acervo só pode vingar em culturas de simples **justaposição**, em que um fato conhecido é imediatamente uma riqueza.* (2º parágrafo)
- No texto, o vocábulo destacado equivale a
- relação.
 - comparação.
 - acumulação.
 - aplicação.
 - valorização.

13. A modificação da posição do vocábulo destacado em relação ao trecho original preserva a norma-padrão de colocação pronominal em:
- Quando **se** procuram as condições psicológicas do progresso da ciência...(1º parágrafo)
 - ...logo **se** chega à convicção de que é em termos de obstáculos...(1º parágrafo)
 - E não **se** trata de considerar obstáculos externos...(1º parágrafo)
 - O pensamento empírico torna-**se** claro depois...(1º parágrafo)
 - Ao retomar um passado cheio de erros, encontra-**se** a verdade...(1º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números 14 a 17.

- 1 A ansiedade pode ser imputada à causa errada, circunstância a que os políticos atuais em busca de apoio eleitoral podem recorrer, e com frequência o fazem, em benefício próprio – mesmo
- 5 que não necessariamente em proveito dos eleitores. Claro, eles preferem atribuir o sofrimento de seus eleitores a causas que podem combater, e ser vistos combatendo (como quando propõem
- 10 endurecer a política de imigração e de asilo ou a deportação de estrangeiros indesejáveis), a admitir a verdadeira origem da incerteza, que nunca tiveram a capacidade ou a disposição de enfrentar
- 15 nem uma esperança realista de vencer: a instabilidade no emprego; a flexibilidade dos mercados de trabalho; a ameaça de redundância; a expectativa de redução do orçamento familiar; um nível
- 20 incontrollável de dívida; uma renovada preocupação com as garantias para a velhice; ou a fragilidade geral dos vínculos e parcerias humanos.
- Viver em condições de incerteza prolongada e em aparência incurável provoca duas sensações humilhantes: ignorância (não saber o que o futuro trará) e impotência (ser incapaz de influenciar em seu curso). Elas são humilhantes de verdade.
- 25 Em nossa sociedade altamente individualizada, em que se presume que cada indivíduo seja responsável por seu próprio destino na vida, essas condições implicam a inadequação do sofredor para tarefas que outras pessoas, mais exitosas, parecem desempenhar graças à maior capacidade e ao maior esforço. Inadequação sugere inferioridade, e ser inferior, ser visto como tal, é um golpe doloroso contra a autoestima, a dignidade pessoal e a coragem da autoafirmação. A depressão é agora a doença psicológica mais comum.
- 30 Ela atormenta um número crescente de pessoas que receberam a designação coletiva de “precarizado”, expressão cunhada a partir do conceito de “precariedade”, denotando a incerteza existencial.

14. De acordo com o texto, os políticos, ao atribuir o sofrimento de seus eleitores a determinadas causas, selecionam aquelas que
- se relacionam diretamente com problemas econômicos complexos, como dívidas e instabilidade no emprego, mas que podem ser solucionadas a curto prazo.
 - envolvem questões de grande complexidade que não podem ser facilmente resolvidas e que expõem sua incapacidade de lidar com os problemas da sociedade.
 - estão ligadas a fatores culturais e de identidade, como imigração e políticas de asilo, que podem ser solucionadas com medidas claras e rápidas.
 - refletem as verdadeiras causas da instabilidade dos investidores, como a precariedade dos vínculos humanos e a segurança trabalhista.
 - buscam sempre o benefício dos candidatos, mesmo que isso implique medidas temporárias que não abordem as raízes do problema.
15. O texto menciona que viver em condições de incerteza prolongada causa humilhação principalmente porque
- escancara a incapacidade dos indivíduos de prever o futuro e controlar os eventos da vida, levando-os a aceitar passivamente sua situação em uma sociedade que valoriza a coletividade.
 - força os indivíduos a se compararem continuamente com outras pessoas mais bem-sucedidas, reforçando a ideia de que seu esforço pessoal é insuficiente para alcançar o mesmo sucesso.
 - faz com que as pessoas se sintam desconectadas da sociedade, reforçando o isolamento emocional e a sensação de inadequação em relação às expectativas sociais.
 - realça a percepção de inferioridade intelectual e a sensação de incapacidade de acompanhar o ritmo de uma sociedade altamente competitiva.
 - anula qualquer possibilidade de controlar a própria vida, agravando a ansiedade e a sensação de desamparo diante de acontecimentos imprevisíveis.
16. Segundo o texto, o termo ‘precarizado’ refere-se a um grupo de pessoas que
- pertencem a classes sociais historicamente marginalizadas, lutando por direitos básicos em uma sociedade que lhes nega acesso aos recursos fundamentais.
 - confrontam a instabilidade e a precariedade laboral numa sociedade moderna que não oferece garantias de longo prazo para a maioria dos seus cidadãos.
 - sofrem de uma forma específica de depressão causada por uma incerteza constante, num contexto em que a segurança econômica e emocional é quase inexistente.
 - buscam soluções para escapar da instabilidade que enfrentam, fortalecendo seus laços sociais e criando mecanismos de apoio mútuo para garantir a sobrevivência.
 - são vítimas da pressão da sociedade moderna para alcançar sucesso material e financeiro, resultando em uma sensação constante de fracasso e inadequação pessoal.
17. Observe o trecho a seguir:
A ansiedade pode ser imputada à causa errada, circunstância a que os políticos atuais em busca de apoio eleitoral podem recorrer ... (1º parágrafo)
 O emprego da vírgula no trecho ocorre pela mesma razão que justifica seu uso em:
- ...e com frequência o fazem, em benefício próprio – mesmo que não necessariamente em proveito dos eleitores... (1º parágrafo)
 - Em nossa sociedade altamente individualizada, em que se presume que cada indivíduo seja responsável por seu próprio destino na vida... (2º parágrafo)
 - ...essas condições implicam a inadequação do sofredor para tarefas que outras pessoas, mais exitosas, parecem desempenhar graças à maior capacidade... (2º parágrafo)
 - ...é um golpe doloroso contra a autoestima, a dignidade pessoal e a coragem da autoafirmação. (2º parágrafo)
 - Ela atormenta um número crescente de pessoas que receberam a designação coletiva de “precarizado”, expressão cunhada a partir do conceito de “precariedade”... (2º parágrafo)

- 18.** Assinale a alternativa em que a redação da frase observa a norma-padrão de concordância verbal.
- (A) Ainda que existam pareceres divergentes sobre o tema, parece prevalecer as noções mais conservadoras, cujos fundamentos se originam de dogmas antigos.
- (B) Amar e odiar exigem do ser humano emoções intensas que, muitas vezes, se contradizem e coexistem no mesmo coração.
- (C) Deverão ser analisadas, no relatório final, cada uma das decisões, garantindo que as interpretações estejam alinhadas com o marco legal.
- (D) Tratam-se, no contexto atual, das únicas soluções viáveis para a crise energética, ou que reforçam o papel estratégico dos investimentos em infraestrutura sustentável.
- (E) Havia, entre as lideranças regionais, expectativas de que fosse realizada, com urgência, orientações governamentais mais assertivas na contenção da crise.
- 19.** A frase redigida segundo a norma-padrão do emprego do sinal indicativo de crase é:
- (A) Após meses de treinamento, o atleta estava pronto para competir à altura dos melhores jogadores.
- (B) Sabemos que a coordenadora se referiu à alguma proposta do projeto de forma enfática e clara.
- (C) A criança foi apresentada uma nova metodologia, que promete um aprendizado inovador.
- (D) O auditor procederá a análise detalhada dos documentos para identificar possíveis inconsistências.
- (E) Todos devem obedecer as normas determinadas pela instituição, pois somos um só grupo.
- 20.** A norma-padrão de regência verbal é observada na redação da seguinte frase:
- (A) O novo projeto conseguiu agradar todos os clientes exigentes da empresa.
- (B) João sempre aspirou uma carreira de sucesso na área jurídica.
- (C) Vamos assistir o filme que foi indicado ao Oscar este ano.
- (D) Suas ações irresponsáveis podem implicar em sérias consequências para a equipe.
- (E) Ela se esqueceu do aviso sobre a reunião de amanhã.

Bloco II: Conhecimentos Específicos**DIREITO PENAL**
CAROLINA CARVALHAL

- 21.** Sobre a aplicação da lei penal no espaço, de acordo com o Código Penal Brasileiro, é correto afirmar que:
- (A) a lei penal brasileira aplica-se a qualquer crime cometido no território nacional, exceto nos casos de imunidade diplomática.
- (B) os crimes cometidos a bordo de aeronaves privadas estrangeiras, quando em pouso em território brasileiro, não se sujeitam à lei penal brasileira.
- (C) a lei penal brasileira não se aplica a crimes cometidos a bordo de navios estrangeiros de guerra ancorados em porto brasileiro.
- (D) a lei penal brasileira não se aplica a crimes cometidos por brasileiros no exterior, exceto quando houver pedido de extradição.
- (E) a lei penal brasileira aplica-se a qualquer crime praticado contra brasileiros no exterior, independentemente de tratado ou convenção.
- 22.** Considerando as regras de extraterritorialidade da lei penal, previstas no art. 7º do Código Penal, é correto afirmar que:
- (A) a lei penal brasileira se aplica, de forma incondicionada, a qualquer crime cometido no exterior, desde que o autor seja brasileiro.
- (B) a aplicação da lei penal brasileira no exterior independe de o crime estar previsto na lei do país onde foi praticado.
- (C) a extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira ocorre apenas nos casos de crimes contra a fé pública e a administração pública.
- (D) a lei penal brasileira aplica-se, de forma incondicionada, aos crimes cometidos por estrangeiros contra brasileiros fora do território nacional.
- (E) a extraterritorialidade condicionada depende, entre outros fatores, de o agente entrar no território brasileiro.

- 23.** Sobre as causas extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do Código Penal, é correto afirmar que:
- (A) o perdão judicial somente extingue a punibilidade se aceito pelo réu.
 - (B) a prescrição penal é causa extintiva da punibilidade, mas não impede a reincidência.
 - (C) a morte do agente extingue a punibilidade, exceto nos casos de crimes contra a honra.
 - (D) a anistia extingue a punibilidade e os efeitos civis da condenação.
 - (E) o casamento entre o ofensor e a vítima, no crime de estupro, extingue a punibilidade.
- 24.** Sobre o crime de homicídio, previsto no art. 121 do Código Penal, é correto afirmar que:
- (A) o homicídio privilegiado é caracterizado quando o agente comete o crime mediante paga ou promessa de recompensa.
 - (B) o homicídio qualificado-privilegiado é considerado hediondo em qualquer circunstância.
 - (C) o homicídio simples é punido com reclusão, de seis a vinte anos.
 - (D) a legítima defesa exclui a ilicitude do homicídio, mas não impede a aplicação de pena ao agente.
 - (E) o homicídio praticado por motivo fútil caracteriza-se pela ausência de dolo na conduta do agente.
- 25.** Sobre o crime de lesão corporal, previsto no art. 129 do Código Penal, é correto afirmar que:
- (A) a lesão corporal culposa é punida com reclusão de um a cinco anos.
 - (B) o crime de lesão corporal de natureza grave inclui, entre outros, a incapacidade para as ocupações habituais por mais de 10 dias.
 - (C) a lesão corporal de natureza leve depende de representação da vítima para a ação penal.
 - (D) a lesão corporal seguida de morte é equiparada ao homicídio doloso para fins de aplicação de pena.
 - (E) o perdão judicial é aplicável ao crime de lesão corporal leve quando a vítima for ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro.
- 26.** Sobre o crime de invasão de domicílio, previsto no art. 150 do Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) A invasão de domicílio só pode ser praticada mediante violência ou grave ameaça.
 - (B) Não constitui crime a entrada em domicílio alheio contra a vontade do morador durante o dia, ainda que sem consentimento.
 - (C) O crime de invasão de domicílio admite perdão judicial quando praticado por ascendente contra o descendente.
 - (D) O crime se consuma com a simples entrada ou permanência indevida no domicílio alheio, sem necessidade de violação de barreira física.
 - (E) A pena para o crime de invasão de domicílio é agravada se praticado por funcionário público, mesmo fora de suas funções.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

LORENA OCAMPOS

- 27.** É requisito para o acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal:
- (A) crime punido com pena de detenção.
 - (B) pena mínima igual ou inferior a dois anos.
 - (C) assinatura do acordo na frente do magistrado.
 - (D) não ter sido beneficiado nos 8 anos anteriores.
 - (E) crime sem violência nem grave ameaça.
- 28.** O art. 38 do CPP estabelece que o ofendido, ou seu representante legal, deverá oferecer a queixa-crime dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. Caso não ofereça no prazo mencionado, ocorrerá a hipótese de extinção de punibilidade:
- (A) renúncia.
 - (B) perdão.
 - (C) decadência.
 - (D) perempção.
 - (E) retratação.
- 29.** Nos termos do art. 66, da Lei n. 9.099/1995, caso uma pessoa seja denunciada por infração de menor potencial ofensivo e, no momento da citação pessoal, não tiver sido localizada, estando em local não sabido, ela deverá ser
- (A) citada por edital no próprio juizado e, se não responder ao edital, deverá ter o processo suspenso.
 - (B) citada por edital em vara criminal comum.
 - (C) citada com hora certa.
 - (D) declarada revel.
 - (E) citada por carta precatória.

- 30.** No tocante ao sequestro de bens, o qual está previsto nos artigos 125 a 131, do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:
- (A) caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, desde que não tenham sido transferidos a terceiro.
 - (B) para a decretação do sequestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.
 - (C) o sequestro tramitará nos autos principais da ação penal e não admitirá embargos de terceiro.
 - (D) o sequestro poderá ser embargado pelo terceiro, sob o fundamento de não terem os bens sido adquiridos com os proventos da infração penal.
 - (E) o sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de trinta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.
- 31.** Com relação à prova testemunhal e de acordo com os arts. 218 a 225 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Quando a testemunha não conhecer a língua nacional, será dispensada de depor.
 - (B) Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá determinar que seja conduzida por oficial de justiça.
 - (C) As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, serão dispensadas de depor.
 - (D) Os membros do Poder Judiciário poderão optar pela prestação de depoimento por escrito.
 - (E) O juiz poderá condenar a testemunha faltosa ao pagamento das custas da diligência, mas não poderá aplicar multa.
- 32.** Nos termos do art. 302, do Código de Processo Penal, o chamado flagrante presumido acontece quando
- (A) o agente está cometendo a infração.
 - (B) o agente acaba de cometer a infração.
 - (C) o agente é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
 - (D) o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
 - (E) a autoridade induz o agente a praticar o crime.
- 33.** Nos termos do art. 61, da Lei n. 9.099/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo
- (A) apenas as contravenções penais.
 - (B) apenas os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
 - (C) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
 - (D) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.
 - (E) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 6 (seis) anos, cumulada ou não com multa.
- 34.** Os critérios orientadores do processo perante o Juizado Especial Criminal previstos no art. 62 da Lei n. 9.099/1995 são:
- (A) oralidade, brevidade, discricionariedade regradada e mitigação.
 - (B) oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e mitigação.
 - (C) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.
 - (D) oralidade, brevidade, informalidade, economia processual e mitigação.
 - (E) oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade.
- 35.** No que concerne ao regramento específico da busca e apreensão previsto nos artigos 240 a 250 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) A busca em mulher será feita necessariamente por outra mulher.
 - (B) Descoberta a coisa que se procura, será imediatamente apreendida e levada à presença da autoridade judicial.
 - (C) Em nenhuma hipótese, será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado.
 - (D) Em casa habitada, a busca será feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência.
 - (E) Se as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade das pessoas que, nas diligências de busca e apreensões, entrarem pelos seus distritos, ou da legalidade dos mandados que apresentarem, poderão exigir as provas dessa legitimidade, ainda que em prejuízo da diligência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**CRISTINY ROCHA**

- 36.** Sobre as formas de citação e intimação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, conforme regulado pela Lei n. 9.099/1995, é correto afirmar que:
- (A) a citação poderá ser realizada por oficial de justiça, independentemente de mandado, mas se a ordem emanou de outro juízo, se fará necessária a carta precatória.
- (B) o comparecimento espontâneo da parte supre a falta ou nulidade da citação.
- (C) tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, a citação poderá ser feita mediante entrega ao encarregado da recepção, ainda que não seja identificado.
- (D) haverá intimação eletrônica das partes sobre os atos praticados em audiência.
- (E) sendo desconhecido o endereço do réu se fará citação por edital.
- 37.** Sobre o cumprimento de obrigação de fazer e não fazer, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, e se for o caso, o oficial de justiça buscará e requisitará auxílio policial.
- (B) O executado incidirá nas penas de ato atentatório à dignidade da justiça quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.
- (C) O mandado de busca e apreensão de pessoas e coisas será cumprido por dois oficiais de justiça, acompanhados obrigatoriamente de duas testemunhas se houver necessidade de arrombamento.
- (D) A astreinte independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, mas não em tutela provisória.
- (E) O juiz não poderá de ofício modificar o valor da astreinte.
- 38.** Sobre a publicação de editais, conforme as disposições da Lei n. 13.105/2015, assinale a alternativa correta.
- (A) Serão publicados editais na ação de usucapião de bem móvel ou imóvel.
- (B) Serão publicados editais na ação de recuperação ou substituição de título ao portador e na ação de indenização por dano moral.
- (C) Em qualquer ação em que seja necessária, por determinação legal, a provocação, para participação no processo, de interessados incertos ou desconhecidos.
- (D) Em qualquer ação em que o Poder Público seja parte, diante do interesse coletivo.
- (E) Nas ações possessórias.
- 39.** Sobre ações possessórias, assinale a alternativa correta.
- (A) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho.
- (B) Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar.
- (C) Ao réu incumbe provar a turbação ou esbulho.
- (D) Não há fungibilidade entre ações possessórias.
- (E) O caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação obrigatória do Ministério Público da Defensoria Pública.
- 40.** Sobre as funções do oficial de justiça e avaliação, conforme regramento dado pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) A avaliação será feita pelo oficial de justiça, mas se forem necessários conhecimentos especializados e o valor da execução o comportar, o juiz nomeará avaliador, fixando-lhe prazo não superior a quinze dias para entrega do laudo.
- (B) Quando o imóvel for insuscetível de cômoda divisão, a avaliação, tendo em conta o crédito reclamado, será realizada em partes.
- (C) Não se admite nova avaliação, pois a celeridade processual e economia devem ser respeitadas.
- (D) Realizadas a expropriação de bens, o juiz dará início aos atos de avaliação.
- (E) Ainda que uma das partes aceite a estimativa feita pela outra, se procederá à avaliação se o juiz tiver fundada dúvida do real valor do bem.

41. Acerca das intimações, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial ou por terceiro autorizado.
- (B) Quando não realizadas por órgão oficial, consideram-se feitas as intimações pela publicação em meio eletrônico.
- (C) Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.
- (D) A grafia dos nomes das partes pode conter abreviaturas.
- (E) A parte arguirá a nulidade da intimação em capítulo preliminar do próprio ato que lhe caiba praticar ou até momento anterior da sentença.
42. Acerca da responsabilidade das testemunhas no processo civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O interdito, por ser impedido, não poderá ser testemunha.
- (B) Aquele que tem interesse no litígio, por ser impedido, não poderá ser testemunha.
- (C) Aquele que é inimigo da parte, por ser impedido, não poderá ser testemunha.
- (D) Juiz pode admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.
- (E) Aquele que é menor de dezesseis anos, por ser impedido, não poderá ser testemunha.
43. Sobre a atuação do Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O Ministério Público deverá atuar nos litígios coletivos sobre posse de terras urbanas e rurais, o que atrairá a participação da Fazenda Pública, diante do interesse debatido.
- (B) O Ministério Público poderá produzir provas e requerer as medidas processuais pertinentes, mas poderá recorrer quando atuar como *custos legis*.
- (C) O membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- (D) A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
- (E) O juiz não deverá dar andamento ao processo antes do parecer do Ministério Público, ainda que findo o prazo, por conta do interesse público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

PÂMELLA TAYNÁ

44. Considere que Joana é alemã e está passando férias no Brasil, no estado de São Paulo. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Joana:
- (A) não é titular de direitos fundamentais, já que não é brasileira e sequer reside no Brasil.
- (B) poderá impetrar *habeas corpus*, independentemente da assistência de advogado, para assegurar sua própria liberdade de locomoção ou a de terceiros.
- (C) apesar de não ser brasileira, tem legitimidade para ajuizar ação popular.
- (D) goza dos mesmos direitos inerentes aos brasileiros.
- (E) não poderá ser extraditada, exceto em caso de crime político ou de opinião.

- 45.** Assinale a alternativa que está em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e da Constituição Federal no que tange aos direitos e garantias fundamentais.
- (A) Desde que garantido o sigilo quanto às informações pessoais das vítimas, admite-se que lei estadual institua cadastro de pessoas com condenação definitiva por crimes contra a dignidade sexual praticados contra criança ou adolescente.
- (B) Lei estadual que cria cadastro de usuários e de dependentes de drogas com informações concernentes ao registro de ocorrência policial é constitucional.
- (C) O número de funcionários ou o porte da empresa podem ser utilizados como critérios para a constituição de sindicato de micro e pequenas empresas.
- (D) Servidor público que seja pai solo não faz jus à licença-maternidade.
- (E) Em caso de união homoafetiva, apenas uma das mães – servidora ou trabalhadora – terá direito ao gozo de licença.
- 46.** A respeito dos direitos políticos e dos partidos políticos, é correto afirmar que:
- (A) a inelegibilidade relativa reflexa para cargos do Poder Executivo se estende aos vices, ainda que não tenham substituído ou sucedido o titular nos seis meses anteriores ao pleito.
- (B) a inelegibilidade por parentesco não impede que cônjuges ou companheiros ocupem, concomitantemente e na mesma unidade da Federação, os cargos de chefe do Poder Executivo e de presidente da Casa Legislativa.
- (C) a suspensão dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado não se aplica em caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
- (D) a inelegibilidade reflexa do cônjuge abrange os companheiros, concubinos e namorados.
- (E) os partidos políticos possuem autonomia para disciplinar sobre o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e proporcionais.
- 47.** De acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que
- (A) a justiça do trabalho é competente para julgar os litígios envolvendo servidores temporários da Administração Pública.
- (B) servidor que labore em jornada reduzida de trabalho pode receber remuneração inferior ao salário mínimo.
- (C) a demissão de empregados das empresas estatais, admitidos após prévia aprovação em concurso público, independe de processo administrativo em que se garanta o contraditório e a ampla defesa.
- (D) os servidores públicos civis detentores de cargo efetivo ou em comissão são vinculados ao regime próprio de previdência social.
- (E) poderão ser estabelecidos, por emenda à Constituição Estadual, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência.
- 48.** A respeito da contratação temporária de servidores públicos, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, está consolidado que:
- (A) só será admitida nos casos excepcionais que estejam previstos em lei em sentido formal.
- (B) o prazo de contratação não precisa estar previamente fixado, podendo ser dado por estimativa.
- (C) não é possível haver contratação temporária em função de caráter permanente.
- (D) admite-se que decreto regulamente os casos de contratação temporária.
- (E) os agentes públicos temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas.
- 49.** Considerando o disposto na Constituição Federal no tocante às normas que regulam a permuta entre magistrados, é correto afirmar que:
- (A) não é admitida a permuta entre magistrados integrantes da justiça estadual, pois não há, no Poder Judiciário Estadual, uma carreira única, sendo cada Estado autônomo.
- (B) admite-se a permuta entre magistrados, desde que ocorra dentro do mesmo segmento de Justiça.
- (C) no segundo grau de jurisdição, a permuta não poderá ocorrer entre magistrados oriundos do quinto constitucional.
- (D) somente é admitida a permuta entre magistrados de primeiro grau de jurisdição, nessa hipótese, inclusive entre magistrados de entranças diversas.
- (E) a permuta e a remoção de magistrados são institutos que dependem do voto da maioria absoluta dos respectivos tribunais ou do CNJ.

50. Considere que Jonas é deputado estadual e deseja apresentar projeto sobre a organização do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) a competência do Tribunal de Justiça Estadual é residual e, sendo assim, será definida pela lei de organização judiciária.
- (B) a lei de organização judiciária é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo estadual.
- (C) somente lei estadual de iniciativa do próprio tribunal pode criar a Justiça Militar estadual.
- (D) a competência jurisdicional do Tribunal de Justiça estadual é definida na própria Constituição, mas Jonas, por ser deputado estadual, pode apresentar projeto de lei sobre o assunto.
- (E) como Jonas é deputado estadual, poderá apresentar projeto de lei disciplinando a organização da justiça estadual.
51. Com relação ao Ministério Público e à Defensoria Pública, consta do texto constitucional que:
- (A) ambas as instituições têm a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional como princípios institucionais.
- (B) a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, é uma das funções institucionais do Ministério Público.
- (C) a Defensoria Pública tem sua proposta orçamentária elaborada pelo Chefe do Poder Executivo do Estado que integra.
- (D) a garantia da inamovibilidade e da vitaliciedade não é assegurada aos defensores públicos.
- (E) a Defensoria Pública tem como função precípua a defesa da ordem jurídica, podendo, portanto, defender o direito de pessoas vulneráveis ou não.

DIREITO ADMINISTRATIVO

MARIA JÚLIA

52. Marta, servidora de uma repartição pública estadual, durante o expediente, começou a promover uma campanha de doação entre seus colegas de trabalho, passando uma lista para que todos contribuíssem. Segundo as disposições do art. 242, essa ação de Marta caracteriza uma violação do inciso:
- (A) Tratar de interesses particulares na repartição.
- (B) Promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição.
- (C) Entreter-se com atividades estranhas ao serviço durante o expediente.
- (D) Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada.
- (E) Promover manifestações de apreço ou desapeço dentro da repartição.
53. Carlos, servidor público, foi convidado a ocupar o cargo de gerente em uma empresa comercial que possui contratos com o Governo do Estado. No entanto, Carlos tem conhecimento de que essa prática é vedada pelo regime jurídico dos servidores públicos. A conduta de Carlos é proibida com base no inciso do art. 243:
- (A) Exercer emprego em empresas que possuam relações com o Governo, mesmo fora do horário de expediente.
- (B) Celebrar contratos de natureza comercial com o Governo, em nome próprio ou como representante de terceiros.
- (C) Solicitar concessão de privilégios de juro ou benefícios de natureza federal, estadual ou municipal.
- (D) Participar da gerência de empresas que mantenham relações comerciais com o Governo do Estado.
- (E) Praticar a usura.
54. Pedro, servidor público, acumulou férias por dois anos consecutivos devido à necessidade absoluta do serviço. No entanto, no terceiro ano, ele solicitou a acumulação novamente. Com base no disposto no Estatuto, a solicitação de Pedro:
- (A) será atendida, pois é permitido acumular férias por até três anos consecutivos.
- (B) não será atendida, pois a acumulação de férias só é permitida por dois anos consecutivos.
- (C) será atendida, desde que Pedro tenha faltado menos de 10 dias no último ano.
- (D) será atendida apenas se Pedro estiver no período de férias reduzidas.
- (E) não será atendida, pois é proibido acumular férias em qualquer hipótese.
55. Para ser investido em cargo público, o candidato deve passar por uma posse. Segundo o Estatuto, a posse é:
- (A) a concessão de licença para o servidor iniciar o exercício.
- (B) o ato que confere ao candidato a estabilidade no cargo.
- (C) o registro de frequência inicial no ponto eletrônico.
- (D) o ato que investe o cidadão no cargo público.
- (E) a nomeação formal do servidor no cargo.
56. Paulo, servidor público, casou-se e tirou licença para aproveitar sua lua de mel. Pelo Estatuto, ele terá direito a se afastar do serviço por motivo de casamento por
- (A) 15 dias.
- (B) 8 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 2 dias.
- (E) 5 dias.

- 57.** Carlos, gestor público, utilizou servidores e veículos da administração para realizar obras particulares em sua residência. Com base na Lei de Improbidade Administrativa, essa situação caracteriza:
- (A) prejuízo ao erário por desvio de bens públicos.
 (B) enriquecimento ilícito por uso de bem público em obra particular.
 (C) ato de improbidade por não seguir ordens superiores.
 (D) ato de improbidade por violação ao dever de urbanidade.
 (E) violação aos princípios da eficiência e legalidade na gestão pública.
- 58.** Paulo, agente público, recusou-se a entregar sua declaração de bens dentro do prazo determinado. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, Paulo está sujeito a:
- (A) suspensão temporária do cargo.
 (B) advertência e multa administrativa.
 (C) demissão, sem prejuízo de outras sanções.
 (D) transferência compulsória para outra função pública.
 (E) rebaixamento de cargo e diminuição de salário.
- 59.** Assinale qual das opções a seguir NÃO é um ato de improbidade que causa lesão ao erário, conforme o art. 10.
- (A) Permitir que bens públicos sejam utilizados sem formalidades.
 (B) Alienar um bem público por preço inferior ao de mercado.
 (C) Publicar atos administrativos sem a devida publicidade.
 (D) Ordenar despesas não autorizadas em lei.
 (E) Facilitar a aquisição de bens por preço superior ao de mercado.
- 60.** Um servidor que faz uma declaração falsa sobre a qualidade de um bem fornecido a uma entidade pública está cometendo:
- (A) um erro de avaliação.
 (B) um ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito.
 (C) uma ação que não é tipificada pela lei.
 (D) uma falta ética que não tem penalidade.
 (E) uma prática comum em administrações públicas.

DIREITO CIVIL**MARCELO MACINTYRE**

- 61.** Assinale a opção correta.
- (A) O direito de consultar os autos e requerer certidões de processo que tramite em segredo de justiça é restrito às partes, aos seus representantes e a qualquer advogado, mesmo sem procuração nos autos.
 (B) O juiz pode decidir, em qualquer grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, principalmente nas matérias acerca das quais deva decidir de ofício.
 (C) O juiz pode decidir, em qualquer grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, principalmente nas matérias acerca das quais deva decidir de ofício.
 (D) A exigência de comportamento com boa-fé, do Código de Processo Civil, aplica-se somente às partes.
 (E) A boa-fé processual impõe às partes o dever de adotar comportamento ético e leal no curso do processo, tratando-se de irradiação do princípio da boa-fé objetiva, oriundo do Direito Privado.
- 62.** Assinale a opção correta.
- (A) Voltado para a concepção democrática atual do processo justo, o CPC promoveu a evolução do contraditório, que passou a ser considerado efetivo apenas quando vai além da simples possibilidade formal de oitiva das partes.
 (B) Apesar de o CPC garantir às partes a obtenção, em prazo razoável, da solução integral do mérito, esse direito não existia no ordenamento jurídico brasileiro nem mesmo antes da Emenda Constitucional n. 45/2004.
 (C) Os elementos essenciais da sentença incluem os fundamentos — que consistem na análise das questões de fato e de direito pelo juiz — e o dispositivo — no qual o juiz resolve as questões principais que as partes lhe submeterem —; o relatório, por sua vez, é dispensado, haja vista o direito das partes de obter, em prazo razoável, a solução integral do mérito.
 (D) A solução consensual dos conflitos, apesar de permitida pelo Código de Processo Civil de 2015, não é incentivada nem considerada como papel fundamental do Poder Judiciário.
 (E) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

- 63.** Assinale a opção correta.
- (A) A denúncia da lide somente se torna obrigatória caso a omissão da parte implique perda do direito de regresso do denunciante.
 - (B) Se a denúncia foi feita pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de assistente nos autos, mas não poderá aditar a petição inicial, o que é atribuição exclusiva do autor.
 - (C) Tendo o processo sido sentenciado, a sentença constituirá o direito do evicto ou a responsabilidade por perdas e danos, sem valer como título executivo mas possibilitando a ação monitória.
 - (D) Em relação à denúncia da lide, pode ocorrer em face de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.
 - (E) A denúncia da lide é obrigatória ao proprietário quando, por força de obrigação, em casos como o do usufrutuário e do credor pignoratício, o réu, citado em nome alheio, exerce a posse indireta da coisa demandada.
- 64.** Assinale a opção correta.
- (A) A denúncia da lide pode ser formulada pelo réu em qualquer fase do processo.
 - (B) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer chamamento ao processo contra ambos.
 - (C) A denúncia da lide é ato exclusivo do réu, que, por meio dela, visa exonerar-se da demanda que lhe foi intentada ou, caso vencido na demanda, visa exercer o direito de regresso contra os demais obrigados pela dívida objeto da demanda.
 - (D) A denúncia da lide é modalidade de intervenção de terceiros e ocorre em qualquer tipo de processo, inclusive no de execução e no cautelar.
 - (E) A denúncia da lide objetiva trazer ao processo o terceiro contra o qual a parte tem direito de regresso caso venha a ser perdedora na ação principal.
- 65.** Assinale a opção correta.
- (A) Os atos processuais realizar-se-ão excepcionalmente na sede do juízo, ou, ordinariamente, em outro lugar em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.
 - (B) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, a depender de requerimento.
 - (C) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
 - (D) O oficial de justiça poderá realizar penhora durante as férias forenses, desde que esteja autorizado judicialmente.
 - (E) Os atos processuais serão realizados em dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- 66.** Assinale a opção correta.
- (A) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos eletrônicos, esse deverá ser protocolado no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.
 - (B) Conforme o Código de Processo Civil vigente, é correto afirmar, sobre os atos processuais, que é preferencial o uso da língua portuguesa, sendo admitida a juntada de documento redigido em língua estrangeira, por pedido justificado de forma fundamentada pela parte.
 - (C) Citações, intimações e penhoras poderão ser realizadas no período de férias forenses bem como nos feriados e nos dias úteis fora do horário regular, independentemente de autorização judicial, respeitando-se a regra constitucional da inviolabilidade de domicílio.
 - (D) Considerando a Lei n. 13.105/2015, no que tange ao tempo dos atos processuais, a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 12 (doze) horas do último dia do prazo.
 - (E) Quanto aos atos e fatos processuais, pode-se afirmar que a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 20 (vinte) horas do último dia do prazo.

67. Assinale a opção correta.

- (A) No tocante ao processo de execução da sentença absolutória imprópria e da sentença condenatória, em regra, o condenado deve ser citado quando da inauguração do processo executório.
- (B) Os efeitos materiais da coisa julgada se aplicam à questão prejudicial expressamente decidida pelo juiz nos casos de revelia.
- (C) A decisão absolutória fundada no reconhecimento da inexistência material do fato exclui a propositura da respectiva ação civil.
- (D) As sentenças que julgam procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública estão sujeitas ao reexame necessário, dependendo, pois, de apelação para serem remetidas ao tribunal.
- (E) Considerando o disposto no Código de Processo Civil, o juiz não resolverá o mérito da ação quando reconhecer a existência de coisa julgada.

68. Assinale a opção correta.

- (A) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de outro recurso.
- (B) A extinção de embargos de declaração, em razão de desistência manifestada após sua interposição, não interrompe o prazo recursal para a parte que dele desistiu.
- (C) Não cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para corrigir erro material.
- (D) Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; considerando-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.
- (E) A interposição de embargos de declaração gera, apenas para a parte que os interpôs, a interrupção do prazo para outros recursos.

69. Marque a opção correta.

- (A) Os embargos do devedor não pressupõem penhora, depósito ou caução e serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
- (B) Os embargos de declaração e os infringentes são os únicos recursos previstos na legislação que possuem prazo diferente dos demais.

- (C) Com a interposição dos embargos de declaração, todos os demais prazos recursais são suspensos, e essa suspensão valerá para o embargante, para a parte contrária e para terceiros prejudicados.
- (D) Os embargos de declaração não se caracterizam como um recurso de fundamentação vinculada, podendo-se neles exigir a manifestação do julgador sobre todos os argumentos trazidos pela parte, bem como as razões de seu convencimento, salvo quando se destinarem ao prequestionamento.
- (E) Embargos de declaração interpostos com a finalidade de prequestionar questão federal não têm caráter protelatório.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL –
LEI N. 6.830/1980
(ARTIGOS 1º; 2º; 7º; 8º; 11; 37)
WESLEI MACHADO**

70. A Fazenda Pública instaura um processo de execução fiscal contra um contribuinte, alegando que este deixou de pagar certos tributos. O contribuinte tem residência no exterior. A Fazenda Pública opta pela citação pelo correio, mas o aviso de recepção não retorna no prazo de 15 dias. Em seguida, a citação é tentada por oficial de justiça, mas o contribuinte está novamente fora do país. O processo é então suspenso até o retorno do contribuinte.
- Com base na legislação aplicável à execução fiscal, assinale qual das seguintes alternativas está correta sobre o procedimento adotado pela Fazenda Pública.
- (A) A citação deveria ter sido realizada por edital após a falha da citação pelo correio, considerando a ausência frequente do contribuinte ao exterior.
 - (B) A suspensão do processo foi correta, pois o contribuinte não pode ser citado enquanto estiver fora do país.
 - (C) A citação pelo correio é suficiente e o processo pode continuar sem a confirmação de recepção, pois presume-se a citação após 10 dias da entrega da carta à agência postal.
 - (D) A Fazenda Pública agiu corretamente ao tentar a citação por oficial de justiça, e a suspensão do processo é uma medida excepcional até o retorno do contribuinte.
 - (E) O contribuinte ausente do país deveria ter sido citado imediatamente por edital, com prazo de 60 dias, após o retorno negativo do aviso de recepção.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL –
RESOLUÇÃO N. 354/2020 DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(ARTIGOS 1º; 8º A 10)**

WESLEI MACHADO

- 71.** Durante um processo civil, um advogado apresenta o endereço eletrônico e outras informações para comunicação digital. Após a inicial, o advogado muda de escritório e atualiza seus dados no sistema do tribunal, mas esquece de atualizar o endereço eletrônico especificado anteriormente. Como resultado, ele não recebe uma notificação importante, levando a uma decisão desfavorável para seu cliente.
- Com base na Resolução 354 do CNJ, aponte qual das seguintes alternativas está correta sobre a responsabilidade pela não recepção da notificação.
- (A) O tribunal é responsável por verificar a atualização dos endereços eletrônicos das partes envolvidas antes de enviar qualquer comunicação.
 - (B) O advogado é responsável por manter atualizados os endereços eletrônicos, e a falha em receber a notificação devido à falta de atualização é de sua responsabilidade.
 - (C) As partes são automaticamente notificadas sobre a necessidade de atualizar suas informações sempre que o sistema detecta uma mudança de endereço físico.
 - (D) O requerente da citação ou intimação é responsável por fornecer novamente os dados necessários sempre que há uma mudança nos dados de qualificação das partes.
 - (E) O tribunal é obrigado a enviar notificações tanto para o endereço eletrônico quanto para o endereço físico para garantir a recepção.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL – LEI N.
11.608/2003 E NORMAS JUDICIAIS DA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

WESLEI MACHADO

- 72.** Uma empresa de pequeno porte sofreu um incêndio causado por negligência de um fornecedor, resultando em danos materiais significativos. A empresa, enfrentando dificuldades financeiras devido ao incidente, decide ingressar com uma ação de reparação de dano por ato ilícito extracontratual contra o fornecedor. Na petição inicial, solicita o diferimento do pagamento da taxa judiciária.
- Com base nas disposições da Lei Estadual n. 11.608/2003, aponte qual das seguintes alternativas está correta sobre a aplicabilidade do diferimento da taxa judiciária à situação da empresa.
- (A) O diferimento da taxa judiciária não se aplica a pessoas jurídicas, independentemente da situação financeira.
 - (B) O diferimento da taxa judiciária aplica-se tanto a pessoas físicas quanto jurídicas, incluindo ações de reparação de danos por ato ilícito extracontratual.
 - (C) Apenas as ações de alimentos e revisionais de alimentos permitem o diferimento da taxa judiciária para pessoas jurídicas.
 - (D) O diferimento da taxa judiciária é aplicável exclusivamente a pessoas físicas em ações de reparação de dano por ato ilícito.
 - (E) As empresas não têm direito ao diferimento da taxa judiciária em nenhuma circunstância, conforme estabelecido pela Resolução 354 do CNJ.

- 73.** Maria, beneficiária da gratuidade de Justiça, inicia um processo de revisão de pensão alimentícia. Durante o processo, é necessário expedir um mandado para citação do ex-cônjuge. O oficial de justiça encarregado pelo cumprimento do mandado solicita ressarcimento por este serviço. Com base nas disposições das Normas de Serviço da Corregedoria-Geral da Justiça, assinale qual das seguintes alternativas está correta sobre a elegibilidade do oficial de justiça para ressarcimento nesse caso.
- (A) O oficial de justiça não tem direito ao ressarcimento, pois o mandado foi expedido em favor de uma parte beneficiária da gratuidade de Justiça.
- (B) Maria deve pagar pelo serviço do oficial de justiça, uma vez que a gratuidade de Justiça não cobre serviços de execução de mandados.
- (C) O oficial de justiça receberá ressarcimento do tribunal, visto que mandados relacionados a ações de família não estão cobertos pela gratuidade de Justiça.
- (D) O ressarcimento do oficial de justiça será adiantado pelo ex-cônjuge citado, conforme o Código de Processo Civil.
- (E) O oficial de justiça será reembolsado a partir de um rateio de verbas destinadas ao ressarcimento de mandados gratuitos.
- 74.** Durante um final de semana, um oficial de justiça é chamado para cumprir um mandado de intimação urgente em um endereço localizado a 30 quilômetros de distância, fora da comarca onde estava de plantão. O mandado é parte de um processo em que foi concedida a gratuidade de Justiça. Com base nas disposições das Normas de Serviço da Corregedoria-Geral da Justiça, marque qual das seguintes alternativas está correta sobre a remuneração adicional devida ao oficial de justiça.
- (A) O oficial de justiça não receberá remuneração adicional, pois os mandados de plantão fora da comarca não são remunerados.
- (B) O oficial de justiça tem direito a remuneração adicional, pois cumpriu um mandado de plantão com deslocamento fora da comarca do local do plantão.
- (C) A remuneração adicional é aplicável apenas aos mandados cumpridos dentro da comarca, mesmo em plantão.
- (D) Todos os mandados cumpridos em plantão geram remuneração adicional, independentemente da distância percorrida.
- (E) A remuneração adicional é reservada exclusivamente para mandados relacionados a processos sem gratuidade de Justiça.
- 75.** Um oficial de justiça recebe um mandado para intimar um réu em um processo civil. Ao chegar ao endereço fornecido, descobre que o réu não está presente. Ele retorna uma segunda vez, encontrando o endereço fechado novamente. Não existem informações adicionais sobre a localização atual do réu ou indicações de que ele se mudou permanentemente. Com base nas Normas de Serviço da Corregedoria-Geral da Justiça, aponte qual das seguintes alternativas está correta sobre a ação subsequente do oficial de justiça.
- (A) O oficial de justiça deve devolver o mandado sem cumprimento após a primeira tentativa falha, já que não encontrou o réu.
- (B) O oficial de justiça deve realizar pelo menos três tentativas antes de considerar o mandado como impossível de ser cumprido.
- (C) O oficial de justiça deve considerar o mandado cumprido após as duas tentativas, certificando a ausência do réu nos autos.
- (D) O oficial de justiça é obrigado a aguardar por novas informações do requerente antes de fazer uma segunda tentativa de cumprimento.
- (E) O oficial de justiça deve solicitar imediatamente autorização judicial para devolver o mandado sem cumprimento após a primeira tentativa falha.
- 76.** A Fazenda Pública instaura um processo de execução fiscal contra um contribuinte, alegando que este deixou de pagar certos tributos. O contribuinte tem residência no exterior. A Fazenda Pública pugna pela realização de citação pelo correio, mas o aviso de recepção não retorna no prazo de 15 dias. Em seguida, a citação é tentada por oficial de justiça, mas o contribuinte está novamente fora do país. O processo é então suspenso até o retorno do contribuinte. Com base na legislação aplicável à execução fiscal, assinale qual das seguintes alternativas está correta sobre o procedimento a ser adotado nesse processo judicial.
- (A) O oficial de justiça deve cumprir o mandado sem os documentos necessários, uma vez que o prazo para devolução já expirou.
- (B) O oficial de justiça pode devolver o mandado devido às irregularidades identificadas dentro do prazo de 24 horas.
- (C) O oficial de justiça deve aguardar instruções adicionais do juiz antes de decidir devolver ou cumprir o mandado.
- (D) O oficial de justiça deve completar o cumprimento do mandado usando os documentos disponíveis, independentemente do valor recolhido.
- (E) O oficial de justiça deve ignorar a insuficiência do valor recolhido e prosseguir com o cumprimento do mandado para evitar atrasos processuais.

77. João, funcionário responsável pela Seção de Administração de Mandados (SADM) em um fórum, percebe que vários mandados excederam o prazo regular para cumprimento. Após verificar os registros, ele identifica que não há uma determinação específica do Juiz Corregedor Permanente para a cobrança em prazo menor. De acordo com as disposições das Normas de Serviço da Corregedoria-Geral da Justiça, aponte qual ação João deve realizar a seguir.
- (A) João deve aguardar que os oficiais de justiça responsáveis pelos mandados tomem a iniciativa de informar sobre os atrasos.
- (B) João deve imediatamente notificar o Juiz Corregedor Permanente sobre todos os mandados com prazos excedidos.
- (C) João deve cobrar os mandados apenas após 60 dias, considerando uma margem de segurança administrativa.
- (D) João deve realizar a cobrança dos mandados excedidos a cada 30 dias, conforme previsto nas normas.
- (E) João deve desconsiderar os prazos excedidos, pois a responsabilidade pela cobrança recai exclusivamente sobre os oficiais de justiça.
78. Em um determinado tribunal, um novo grupo de Oficiais de Justiça é instruído sobre os prazos de cumprimento dos mandados conforme as Normas de Serviço da Corregedoria-Geral da Justiça. Durante a instrução, o escrivão apresenta vários cenários para garantir o entendimento dos prazos para diferentes tipos de mandados. Um desses cenários envolve a expedição de um mandado de intimação de vítima. Aponte qual o prazo para o cumprimento de um mandado classificado como plantão imediato, segundo o art. 440-A, NSCGJ (intimação de vítima).
- (A) O mandado deve ser cumprido imediatamente, sem a necessidade de observar um prazo específico.
- (B) O mandado deve ser cumprido em até 48 horas, distribuído em regime de plantão.
- (C) O mandado deve ser cumprido em até 45 dias corridos, salvo determinação contrária do juiz.
- (D) O mandado deve ser cumprido em até 7 dias úteis, incluindo o tempo para agendamento e devolução.
- (E) O mandado deve ser cumprido em 24 horas, distribuído em regime de plantão.

Bloco III: Conhecimentos Gerais

ATUALIDADES OTONIEL LINHARES

79. Em 2024, o Brasil iniciou uma nova rodada de debates sobre uma reforma tributária. Uma das principais propostas em discussão no Congresso Nacional visa:
- (A) a criação de um imposto único sobre grandes fortunas.
- (B) a extinção do ICMS e sua substituição por um imposto sobre valor agregado (IVA).
- (C) o aumento das alíquotas de imposto de renda para a classe média.
- (D) a criação de um imposto sobre movimentações financeiras exclusivamente para empresas.
- (E) a redução da carga tributária federal para setores industriais estratégicos.
80. Durante o primeiro semestre de 2024, a crise energética mundial foi agravada por:
- (A) uma redução drástica nas reservas de carvão mineral na Ásia.
- (B) o colapso total da produção de energia nuclear nos países da Europa.
- (C) a guerra entre Israel e o Hamas, que impactou a distribuição global de petróleo e gás.
- (D) o aumento da produção de petróleo nos Estados Unidos, o que gerou críticas comerciais com a OPEP.
- (E) uma nova política ambiental restritiva imposta pelo governo da China, proporcionando a exportação de carvão.
81. Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), especificamente no que tange à educação inclusiva, é correto afirmar que:
- (A) o sistema educacional deve manter aulas ou escolas separadas para alunos com deficiência.
- (B) a matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares é obrigatória, mas depende de aprovação em exames de admissão.
- (C) a educação inclusiva se restringe ao ensino fundamental, sem aplicabilidade ao ensino superior.
- (D) a pessoa com deficiência tem o direito de frequentar aulas comuns do ensino regular em todos os níveis.
- (E) não há previsão legal sobre a adaptação de currículos para atendimento de necessidades educacionais especiais.

82. Em relação ao art. 1º da Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que estabelece as bases para a proteção dos direitos da pessoa com deficiência, é correto afirmar que:
- (A) o Estatuto busca promover a integração social das pessoas com deficiência, mas restringir o acesso a direitos políticos.
- (B) o principal objetivo do Estatuto é garantir a plena e efetiva participação das pessoas com deficiência em condições de igualdade.
- (C) a lei prioritária a proteção do direito à moradia de pessoas com deficiência, sem abordar questões de educação e saúde.
- (D) a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um direito garantido apenas a partir da idade adulta.
- (E) a legislação é restrita à esfera federal, sem previsão de cooperação com estados e municípios.

RACIOCÍNIO LÓGICO

DIEGO RIBEIRO

83. Quatro oficiais de justiça (Ana, Beatriz, Carlos e Daniel) foram escalados para quatro diferentes regiões (Norte, Sul, Leste e Oeste), com as seguintes condições:
- Ana não foi para o Norte nem para o Sul.
 - Beatriz foi para o Norte.
 - Carlos não foi para a região Oeste.
 - Daniel foi para a região Sul.
- Com base nessas condições, assinale qual é a distribuição correta.
- (A) Ana: Leste, Beatriz: Norte, Carlos: Sul, Daniel: Oeste.
- (B) Ana: Oeste, Beatriz: Norte, Carlos: Leste, Daniel: Sul.
- (C) Ana: Leste, Beatriz: Norte, Carlos: Oeste, Daniel: Sul.
- (D) Ana: Sul, Beatriz: Norte, Carlos: Leste, Daniel: Oeste.
- (E) Ana: Oeste, Beatriz: Sul, Carlos: Norte, Daniel: Leste.

84. Um oficial de justiça investiga um caso e tem as seguintes informações:
- Se a pessoa A cometeu o crime, então a pessoa B estava presente.
 - Se a pessoa C estava ausente, então a pessoa D cometeu o crime.
 - Se a pessoa D cometeu o crime, então a pessoa A cometeu o crime.
 - A pessoa B não estava presente.
- Com base nessas informações, quem cometeu o crime foi:
- (A) pessoa A.
- (B) pessoa B.
- (C) pessoa C.
- (D) pessoa D.
- (E) ninguém cometeu o crime.

85. Considere a seguinte sequência: 2, 6, 14, 30, 62, 126, ...
Informe qual é o próximo número da sequência:
- (A) 254
- (B) 258
- (C) 262
- (D) 270
- (E) 272

86. Considere um grupo de documentos que pode ser urgente, confidencial e/ou oficial. Sabemos que:
- Todo documento urgente é também confidencial.
 - Alguns documentos confidenciais são oficiais.
- Assim, podemos concluir que:
- (A) Todo documento oficial é urgente.
- (B) Algum documento oficial é urgente.
- (C) Todo documento oficial é confidencial.
- (D) Todo documento confidencial é urgente.
- (E) Algum documento confidencial não é urgente.

87. Considere as seguintes proposições:
- Se um documento é urgente, ele deve ser enviado para a revisão imediatamente.
- Se um documento não for enviado para a revisão imediatamente, ele não será processado a tempo.
- O documento não foi enviado para revisão imediatamente.
- O que podemos concluir sobre o processamento do documento é:
- (A) O documento será processado a tempo.
- (B) O documento será processado, mas não será urgente.
- (C) O documento não será processado a tempo.
- (D) O documento foi revisado, mas não enviado.
- (E) O documento é urgente.

88. Cinco oficiais de justiça (Ana, Beatriz, Carlos, Daniel e Eduardo) estão posicionados em uma fila para receber uma orientação, e as seguintes informações são fornecidas:

- Ana está à frente de Carlos.
- Beatriz está entre Carlos e Eduardo.
- Daniel não está na última posição.
- Carlos não está na segunda posição.

Com base nessas informações, quem está na última posição da fila é:

- (A) Ana.
- (B) Beatriz.
- (C) Carlos.
- (D) Daniel.
- (E) Eduardo.

MATEMÁTICA DIEGO RIBEIRO

89. Durante uma diligência, um oficial de justiça precisa dividir uma quantia de R\$ 18.000,00 entre três herdeiros, de modo que o primeiro receba o dobro do segundo, e o segundo receba o triplo do terceiro. Aponte qual será a quantia recebida pelo primeiro herdeiro.

- (A) R\$ 1.800,00
- (B) R\$ 2.000,00
- (C) R\$ 3.600,00
- (D) R\$ 5.400,00
- (E) R\$ 10.800,00

90. Um oficial de justiça precisa fazer a medição de dois terrenos retangulares. O primeiro tem 120 metros de comprimento por 80 metros de largura, e o segundo é proporcional ao primeiro, com comprimento de 150 metros.

Assinale qual é a área do segundo terreno, mantendo-se a mesma proporção:

- (A) 9.000 m²
- (B) 10.000 m
- (C) 10.500 m²
- (D) 11.000 m²
- (E) 15.000 m²

91. Um oficial de justiça é encarregado de analisar os gastos anuais de uma comarca, que variam de acordo com a equação quadrática $G(x) = -2x^2 + 12x + 16$, em que $G(x)$ representa o gasto total (em milhares de reais) e x o número de anos desde a implementação de uma nova política. Marque qual será o gasto máximo dessa comarca e em qual ano ele ocorrerá.

- (A) R\$ 40.000,00 no 2º ano.
- (B) R\$ 32.000,00 no 3º ano.
- (C) R\$ 34.000,00 no 4º ano.
- (D) R\$ 32.000,00 no 2º ano.
- (E) R\$ 34.000,00 no 3º ano.

92. Um oficial de justiça, ao fazer uma avaliação patrimonial, verificou que o valor de um imóvel aumentou 12% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 336.000,00. Informe qual era o valor do imóvel no ano anterior.

- (A) R\$ 290.000,00
- (B) R\$ 295.000,00
- (C) R\$ 300.000,00
- (D) R\$ 305.000,00
- (E) R\$ 310.000,00

INFORMÁTICA LEONARDO VASCONCELOS

93. No Sistema Operacional Windows 11, um usuário pode organizar seus arquivos e pastas de forma eficiente utilizando a área de trabalho e o Explorador de Arquivos. Sobre os conceitos de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, assinale a alternativa correta.

- (A) Diretórios e arquivos são sinônimos no Windows 11, ambos representando documentos armazenados no sistema.
- (B) Pastas são apenas representações gráficas e não possuem a função de armazenar outros arquivos ou pastas.
- (C) Atalhos são arquivos que duplicam o conteúdo do documento original, ocupando o mesmo espaço em disco.
- (D) A área de trabalho pode conter pastas, arquivos e atalhos, que facilitam o acesso rápido a informações e programas.
- (E) Ao criar uma nova pasta no Windows 11, ela automaticamente cria um atalho na área de trabalho para facilitar o acesso.

94. No Microsoft Word 365, para controlar a numeração de páginas de um documento que possui seções diferentes, em que cada seção deve ter uma numeração independente, o usuário deve utilizar a funcionalidade de:

- (A) alterar margens de página.
- (B) inserir quebras de página.
- (C) inserir quebras de seção e desmarcar o vínculo entre as seções.
- (D) formatar o estilo do documento.
- (E) configurar o alinhamento de parágrafo.

95. No Microsoft Excel 365, um gráfico pode ser inserido em uma planilha para apresentar visualmente os dados. A estrutura básica de uma planilha é composta por células, linhas e colunas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a descrição de uma célula e sua relação com as linhas e colunas.
- (A) Uma célula é formada pela interseção de duas colunas e pode conter textos, números e fórmulas.
 - (B) Uma célula é a menor unidade de uma planilha, identificada por sua combinação de uma letra de linha e um número de coluna.
 - (C) As colunas são identificadas por números e as linhas por letras; a célula é definida pelo ponto de encontro entre uma linha e uma coluna.
 - (D) Cada célula em uma planilha pode conter um número ou um gráfico, mas não ambos simultaneamente.
 - (E) Uma célula é a interseção de uma linha e uma coluna, sendo identificada por uma combinação de letra (coluna) e número (linha).
96. No Microsoft Teams 365, é possível agendar reuniões e utilizar diversas funcionalidades durante essas reuniões. Em relação ao agendamento e à gravação de reuniões no Teams, assinale a alternativa correta.
- (A) O agendamento de reuniões no Microsoft Teams só pode ser feito pela versão desktop do aplicativo.
 - (B) Para gravar uma reunião no Microsoft Teams, qualquer participante da reunião pode iniciar a gravação, independentemente do cargo ou das permissões.
 - (C) Uma reunião agendada no Microsoft Teams pode ser integrada ao calendário do Outlook, permitindo que os participantes recebam lembretes e links de acesso diretamente em seus e-mails.
 - (D) Após o término da reunião, a gravação feita no Microsoft Teams é enviada automaticamente por e-mail para todos os participantes.
 - (E) O Microsoft Teams permite o agendamento de reuniões, mas a gravação está disponível apenas para reuniões com mais de 5 participantes.
97. Sobre o serviço de armazenamento em nuvem Microsoft OneDrive 365, analise as seguintes afirmativas e escolha a alternativa correta. Em relação ao compartilhamento de arquivos no OneDrive 365, é correto afirmar que:
- (A) Apenas arquivos podem ser compartilhados, pastas inteiras não podem ser compartilhadas.
 - (B) O compartilhamento de arquivos no OneDrive só pode ser realizado com pessoas que tenham uma conta Microsoft.
 - (C) O proprietário de um arquivo no OneDrive pode escolher se a pessoa com quem o arquivo foi compartilhado terá permissões de leitura ou edição.
 - (D) Arquivos compartilhados no OneDrive podem ser editados por qualquer pessoa, independentemente das permissões atribuídas.
 - (E) Uma vez que um arquivo é compartilhado no OneDrive, ele não pode ser removido da lista de compartilhamento.
98. Em relação ao recurso de anexação de arquivos no uso de correio eletrônico, assinale a alternativa correta.
- (A) O tamanho máximo de um anexo é sempre de 25 MB, independentemente do serviço de e-mail utilizado.
 - (B) Quando um arquivo anexado ultrapassa o tamanho máximo permitido, o sistema de e-mail automaticamente divide o arquivo em partes menores para envio.
 - (C) O anexo pode ser visualizado pelo destinatário apenas se ele tiver uma conta no mesmo serviço de e-mail do remetente.
 - (D) Arquivos anexados a uma mensagem podem ser excluídos após o envio, sem a necessidade de reenviar o e-mail.
 - (E) Muitos serviços de e-mail oferecem integração com armazenamento em nuvem, permitindo o envio de links para arquivos grandes em vez de anexos diretos.

- 99.** No que se refere aos conceitos de navegação na internet, URLs e links, assinale a alternativa correta.
- (A) A URL (Uniform Resource Locator) é o endereço exclusivo de um site ou página na internet, composta apenas pelo nome do domínio e o protocolo de transferência.
 - (B) Um "link" ou "hiperlink" é um texto ou imagem clicável que, ao ser acionado, pode redirecionar o usuário para outro endereço da web ou executar um comando, como enviar um e-mail.
 - (C) O protocolo "https" é utilizado apenas para transferir arquivos de um site para o computador do usuário.
 - (D) Um navegador (browser) é um software que permite ao usuário criar sites na internet sem a necessidade de conexão com um servidor.
 - (E) Um domínio é um código numérico que identifica diretamente o conteúdo de um site, sem a necessidade de conversão para nome de domínio.
- 100.** No contexto da pesquisa na Web, uma das práticas mais comuns é o uso de mecanismos de busca, que permitem aos usuários encontrar informações rapidamente. Aponte qual das opções abaixo não corresponde a uma boa prática para aprimorar a pesquisa na internet.
- (A) Utilizar operadores booleanos como "AND", "OR" e "NOT" para refinar os resultados.
 - (B) Colocar aspas (") ao redor de uma frase para buscar a frase exata.
 - (C) Utilizar o asterisco (*) como um caractere curinga para substituir palavras desconhecidas.
 - (D) Inserir uma pergunta completa em formato de linguagem natural para obter melhores resultados.
 - (E) Limitar os resultados da busca a um site específico, utilizando o comando "site:" seguido do domínio.

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Valorize seu tempo

e seu dinheiro:

Estude para concursos com a única assinatura capaz de potencializar a sua compreensão do conteúdo e agilizar a sua aprovação. Só a **nova Assinatura Ilimitada 9.0 tem tudo na palma da sua mão**: são mais de 40 mil cursos com videoaulas e PDFs para todas as carreiras, 80 mil horas de audiolivros e 2,7 milhões de questões. E, agora, a Assinatura Ilimitada 9.0 está ainda mais tecnológica, confira:

NUNCA MAIS ESTUDE SÓ, APRENDA COM A MAIA

Além dos nossos mais de 500 professores especialistas, **agora você tem a MAIA**, a assistente educacional inteligente que está sempre pronta para tirar dúvidas, comentar questões e recomendar e comparar os cursos e os concursos alinhados aos seus objetivos.

CRONOGRAMA DE ESTUDOS ATUALIZADO

Edite o seu cronograma de estudos de acordo com a sua rotina: **mescle videoaulas com PDFs**, altere a sequência de conteúdos e selecione a quantidade de cursos que quiser.

ELIMINE EXCESSOS

Com os PDFs sintéticos do Gran, você nunca mais precisará se preocupar em resumir o que estudou. Eles são resumos completos, objetivos e esquematizados, voltados para o estudo otimizado das matérias.

MAIS TECNOLOGIA E USABILIDADE

A nova plataforma de estudos passou por uma remodelação na estrutura do menu. A página de cursos foi atualizada e o material de boas-vindas vai te surpreender ao explicar de maneira ágil como usar a plataforma. **Agora, você pode contar com app para o seu desktop**, implementação do modo noturno e Gran Comunidade na sala de aula.



Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora